


O maior fausto da nossa história: os Dragões da Independência

Erika Morais Cerqueira

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG), Barbacena, Minas Gerais, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-6604-0361>

E-mail: erika.cerqueira@ifsudestemg.edu.br

Resumo: O artigo aborda o projeto de criação do Corpo de Cavalaria do Exército “Dragões da Independência”, apresentado por Gustavo Barroso à Câmara dos Deputados, durante sua atuação como Deputado Federal (1917). A proposta é tentar reconstituir a complexa malha de relações entre positivistas, republicanos e monarquistas durante a Primeira República. A imprensa, enquanto fonte histórica, será mobilizada a fim de compreender a recusa inicial ao projeto, como também os jogos de interesses e negociações que viabilizaram, posteriormente, sua implementação. Por fim, será analisado o primeiro desfile dos Dragões da Independência, especialmente a suposta dimensão popular que o evento assumiu, reiteradamente anunciada pela imprensa, tal como o seu simbolismo.

Palavras-chave: Gustavo Barroso; Dragões da Independência; Comemorações cívicas; Centenário da Independência; História Militar.

The greatest faust in our history: the Dragons of Independence

Abstract: The article discusses the project to create the Army Cavalry Corps “Dragons of Independence”, presented by Gustavo Barroso to the Chamber of Deputies, during his performance as Federal Deputy (1917). The proposal is to try to reconstitute the complex mesh of relations between positivists, republicans and monarchists during the First Republic. The press, as a historical source, will be mobilized in order to understand the initial refusal of the project, as well as the games of interests and negotiations that later made its implementation possible. Finally, the first parade of the Dragons of Independence will be analyzed, especially the supposed popular dimension that the event assumed, repeatedly announced by the press, as well as its symbolism.

Keywords: Gustavo Barroso; Dragons of Independence; Civic celebrations; Centennial of Independence; Military History.

Texto recebido em: 15/08/2022

Texto aprovado em: 17/11/2022

Gustavo Barroso na memória nacional

Durante seu tempo de vida (1888-1959) e, em particular, na época em que realizou suas produções letradas, Gustavo Barroso foi o intelectual dedicado ao estudo da história militar brasileira. Ao longo de sua trajetória, ele fez uso da imprensa como meio de divulgação de ideias, o que possibilitou a mobilização do

espaço público, além da oportunidade de contato com expoentes das letras e da política. Esteve à frente de importantes veículos de comunicação, como o *Jornal do Comércio*, o periódico *A Noite* e a *Revista Fon-Fon*, onde explorou as habilidades de desenhista e cartunista. A estreia na literatura ocorreu com a publicação de *Terra de Sol*, responsável pela projeção nacional do escritor, o que teria possibilitado o seu ingresso na Academia Brasileira de Letras. Posteriormente, Barroso foi admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por meio de uma produção historiográfica militar. Vale ressaltar que a construção de sua trajetória intelectual ocorreu ao mesmo tempo em que Barroso atuava ativamente na política regional.

Ainda durante sua atuação como Deputado Federal pelo Ceará (1917), Barroso apresentou dois projetos à Câmara dos Deputados que promoviam temáticas militares, quais sejam, o “Dia do Soldado” e os “Dragões da Independência”. O primeiro projeto solicitava que o dia 24 de maio fosse considerado, em todo o território da República, o dia dedicado ao Soldado Brasileiro, tornando-se feriado nas repartições militares e ocasião de festas patrióticas e comemorações públicas nos quartéis. A escolha da data de 24 de maio para o Dia do Soldado, no projeto em questão, obedeceu à intenção de situá-lo conjuntamente com a lembrança de um feito militar de relevo: a primeira batalha de Tuiuti. Contudo, o Dia do Soldado passou a figurar no calendário nacional quase uma década depois e em data diferente da proposta por Barroso, sendo comemorado no dia 25 de agosto, quando Caxias foi elevado às honras de Patrono do Exército Brasileiro. O segundo projeto apresentado por Barroso à Câmara dos Deputados, por sua vez, propunha a denominação do regimento de cavalaria do Exército como Regimento de Dragões da Independência e determinava o uso do fardamento tradicional, da guarda de honra de D. Pedro I, como primeiro uniforme. O projeto foi efetivamente implementado após alguns anos.

O projeto do “Dia do Soldado” pode ser pensado no âmbito dos estudos sobre funerais cívicos, prática que se configuraria em estreita relação com o comemoracionismo expresso no desfile dos “Dragões da Independência”, cuja operacionalidade estaria, em grande medida, voltada para a teatralização do passado, elemento caro à narrativa barroseana. Como espetáculos de ritualizações da história, marcados pelo apelo à memória, estes projetos podem ser compreendidos como mecanismos capazes de desempenhar uma função pedagógica (CATROGA, 2007).

O projeto de criação dos Dragões da Independência

Ao final do ano de 1916, Gustavo Barroso publicou um artigo na *Revista da Semana* intitulado “Os Dragões da Independência” endereçado ao Ministro da Guerra do Brasil, cuja ambição era a de empreender no país, como parte de um culto das tradições, a criação do I Regimento de Cavalaria, denominado Dragões da Independência. Usando a farda tradicional dos Guardas de Corpo, os Dragões escoltariam o Presidente da República e os diplomatas estrangeiros, resguardariam o Palácio do Governo nos dias de festa e participariam do desfile cívico de Sete de Setembro. Nas manobras e nas campanhas, esse regimento seria o primeiro de cavalaria e usaria a farda comum, de forma que o uniforme histórico ficaria somente para a parada e a escolta, “mesmo porque não é com crinas e penachos que se vai à guerra de hoje, em que a prudência é a maior virtude militar” (BARROSO, 1916, p. 7). Segundo Barroso, o fardamento teria grande impacto na “moral” e autoestima dos soldados, pois “os belos fardamentos nas guarnições e revistas contribuem mais do que se pensa para o prestígio das coisas bélicas e o entusiasmo guerreiro” (BARROSO, 1916, p. 7).

A intenção era apresentar o projeto à Câmara, de forma que, nas comemorações do Centenário da Independência, os Dragões pudessem alcançar um espaço de destaque nos desfiles e festas que rememorariam aquele acontecimento. Nessa época, Barroso era Deputado Federal pelo Ceará e, simultaneamente à atividade política, exercia a função de jornalista, ofício que ampliava o alcance de suas ideias. No periódico *A Rua*, Barroso concedeu uma entrevista sobre os Dragões da Independência que foi divulgada em primeira página. Ao ser questionado acerca da escolha do uniforme a ser restaurado, respondeu que, como uma reminiscência medieval, a cavalaria sempre foi considerada, em toda a parte, arma nobre e escolhida para os serviços de gala e guarda de palácios. Entretanto, no Brasil, seria muito difícil restaurar os tipos de fardamento do segundo e do primeiro reinados, pois:

Os nossos arquivos nada ou quase nada conservam a respeito. No Ministério da Guerra nada existe sobre o assunto. Depois de certo trabalho consegui alguns pormenores num velho livro em alemão ‘Rio de Janeiro wie es ist’, editado em Hannover em 1829, pormenores sobre uniformes dos antigos corpos estrangeiros, mercenários, e sobre a antiga infantaria. Outros documentos deram algum subsidio do tempo do Paraguai e por fim na obra de Debret

que há na Biblioteca Nacional há minúcias acerca das tropas de Pedro I (BARROSO, 1916, p. 7).

A escolha do nome, segundo o autor, fazia referência à tradição portuguesa, em cujo Exército “a subdivisão da arma dos Dragões era a preferida”. Sua relação com a trajetória brasileira se fazia presente desde o período colonial, época em que “os nossos sertões eram policiados por Dragões. Daí escolher esse nome” (BARROSO, 1916, p. 7). O subtítulo lembraria, ainda, a emancipação nacional e o uniforme significaria “a criação do nosso exército, porque foi o primeiro desenhado com originalidade para as tropas brasileiras do primeiro imperador” (BARROSO, 1916, p. 7). Guarda de Honra do Imperador, instituída no dia de sua coroação, em 1822, e extinta por decreto, em 1832, constava de três esquadrões: um de São Paulo, um de Minas Gerais e outro, do Rio de Janeiro.

Neste ínterim, o então Deputado Federal apresentou à Câmara o projeto que denominava o primeiro regimento de cavalaria do Exército como Regimento de Dragões da Independência e determinava, em seu artigo 1º, o uso do fardamento tradicional, da guarda de honra de D. Pedro I, como primeiro uniforme (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15). Estabelecia, outrossim, como atribuições desse regimento, fazer a guarda do Palácio da Presidência em dias de festa nacional, realizar a escolta do Chefe de Estado e dos diplomatas estrangeiros e participar do desfile cívico de Sete de Setembro. Indicava, em campanha, o uso do uniforme comum da arma e solicitava, ao Ministro da Guerra, a nomeação de uma comissão de quatro membros que, no prazo de um mês, deveria apresentar o plano completo do uniforme tradicional, cuja aquisição seria feita pelos oficiais, conforme expresso no artigo 6º, mediante um adiantamento fornecido pelo Governo. Tal assertiva fomentou amplo debate na Câmara, especialmente entre aqueles que julgavam a proposta demasiado ostensiva e acusavam o relator de não levar em consideração o quadro econômico nacional, marcado por grave recessão. Alguns Deputados julgavam que o novo fardamento endividaria os oficiais e poderia, devido à antecipação do crédito, onerar os cofres públicos e aconselhavam, inclusive, que se considerassem as circunstâncias internacionais e a urgência do conflito.

O debate ressaltou o contexto de ruptura das relações com a Alemanha, o que exigia o investimento nos estudos acerca da Defesa Nacional, trabalho empreendido por uma Comissão Mista, composta por Deputados e Senadores, de tal forma que a criação dos Dragões da Independência parecia a muitos “um projeto com fins puramente decorativos” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 12). Recordava-se,

inclusive, a atuação da Liga de Defesa Nacional, “preocupada também com o importantíssimo assunto”, calorosamente abordado na imprensa, de tal forma que fazer “justiça ao Exército Nacional” não seria estimular “a contemplação de meia dúzia de ginetes, montados mais ou menos garbosamente por soldados transformados em heróis carnavalescos” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 12).

Antunes Maciel Júnior, Deputado sul-rio-grandense, destacou os generais Osório e Andrade Neves como representativos da “simplicidade dos véros veteranos da nossa cavalaria” e ressaltou que ambos “costumavam entrar no combate à paisana, agitando os seus palas, como a guiar com eles a sua carga heroica aos inimigos”, o que tornava os Dragões da Independência, com suas “armaduras de arabescos e guirlandas”, a negação da simplicidade daqueles que seriam “o tipo representativo da cavalaria brasileira” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 12). A esse respeito, Antunes Maciel Júnior apresentou um requerimento solicitando que o projeto fosse encaminhado à Comissão de Finanças, cujo parecer informaria acerca das despesas de criação do Regimento Dragões da Independência.

Acusado de desejar protelar o voto da Câmara, Antunes Maciel Júnior argumentou que a Comissão de Marinha e Guerra não estudara adequadamente o projeto, “visto como o parecer sobre o mesmo projeto foi dado pelo seu próprio autor” e, somado a este fato, “o projeto acarretaria para o Tesouro Nacional uma despesa de cem contos de réis”, informação que teria sido fornecida pelo próprio autor (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 12). Em resposta, Alberto de Abreu esclareceu que a despesa seria correspondente apenas ao adiantamento para a aquisição do uniforme e, após o debate, Bueno de Andrada e Pedro Moacyr exigiram que o projeto fosse encaminhado à Comissão de Finanças. Antunes Maciel Júnior informou, veementemente, que seu voto era contrário ao projeto, uma vez que, em sua análise, o “seu estado” não estaria representado nesta iniciativa e, ainda, “por entender que tal projeto está longe de consultar as tradições do Exército nacional” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 12).

A defesa enérgica dos interesses gaúchos está relacionada à trajetória pública de Francisco Antunes Maciel Júnior, eleito deputado federal pelo Partido Federalista, considerado o principal veículo de contestação ao Partido Republicano Rio-Grandense, dominante na política gaúcha durante toda a Primeira República. A atuação na imprensa foi fundamental para a afirmação de sua carreira política, especialmente durante o período em que foi diretor do jornal *A Reforma*, órgão do Partido Federalista considerado um dos principais instrumentos de divulgação do

ideário do partido. A *Reforma* manifestava uma oposição intensa aos governos estaduais de Castilhos e Borges de Medeiros, considerados tiranos que, sob a égide do positivismo¹, estariam levando o Rio Grande do Sul à destruição.

Pedro Moacyr e Antunes Maciel foram os maiores opositores ao projeto de criação do Regimento Dragões da Independência, em grande parte pela defesa dos interesses regionalistas, embora Antunes Maciel tenha evidenciado a importância dos preparativos para o conflito mundial: “não queria que V. Ex. apresentasse um projeto lembrando os feitos federalistas ou quaisquer outros, neste momento queria que se comprasse material de guerra” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 14). Pedro Moacyr reforçou a suposta extravagância do projeto: “o que se quer são soldados de valor, mesmo a laço, não dragões de paradas, ridículo e carnavalesco, o soldado rio-grandense de um ou outro partido nunca foi carnavalesco” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 14). O projeto seria ainda, para Antunes Maciel Júnior, uma face “do brilhante espírito do literato João do Norte”, mas não poderia ser compreendida como uma proposta do Deputado pelo Ceará.

Maurício de Lacerda, opositor veemente ao projeto de Barroso, afirmou “achar a iniciativa muito jocosa”, especialmente em um momento em que “tão graves cogitações arremessam os soldados para uma linha bem tênue que os separa da mobilização”, de forma que o próprio Exército não deveria concordar com a ideia (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 14). Barroso, por sua vez, argumentou ter obtido a adesão da maioria das Forças Armadas e acusou Maurício de Lacerda de examinar o projeto apenas “pelo lado faceto”. Afirmação que Lacerda retrucou ironicamente, “pelo lado *Fon-Fon*, quer dizer”, ao que Barroso indagou, “onde V. Ex. publicou o seu retrato com poucos anos de idade?” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15). Publicação que seria, conforme Lacerda, resultado de um pedido da revista e não de um desejo seu.

As provocações prosseguiriam e Lacerda questionou a posição de Barroso na revista: “nunca pedi o lugar de redator da *Fon-Fon*”. Acusação que Barroso respondeu: “nem eu, fui convidado e ganho lá honradamente a minha vida como jornalista, o que V. Ex. não é, não foi e nunca será” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15). Ao depreciar a posição de Lacerda no meio jornalístico, Barroso buscava valorar a própria inserção em espaço que denotava distinção, o que o deputado fluminense retrucou em tom satírico: “que mal há nisto? V. Ex. acha que alguém fica deprimido só porque nunca foi jornalista?” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15). Tais provocações são reveladoras da importância do jornalismo no contexto da Primeira República,

tanto como fonte de renda, quanto como possibilidade de divulgação de ideais (DE LUCA, 2012).

Nesse período, o jornalismo constituía também uma alternativa para a entrada em círculos literários, pois “era principalmente através dos jornais que os literatos se tornavam conhecidos do público leitor e reconhecidos pelos seus pares, passo fundamental para conseguir a publicação de seus livros” (VENÂNCIO, 2003, p. 49). Giselle Martins Venâncio explica que a qualidade de letrado não estabelecia as estratégias de sociabilidade, mas sim que a participação na sociedade dos “homens de letras” definia a condição de letrado. “A convivência fundada nos salões, nos cafés, nas conversas entre os intelectuais era absolutamente necessária e fundamental” (VENÂNCIO, 2003, p. 29). Dessa forma, ao positivar sua atuação na *Fon-Fon*, Barroso intentou evocar esses espaços simbólicos que denotavam distinção social e cultural, ao mesmo tempo em que sugeria a falta desse suposto capital intelectual ao seu interlocutor.

Lacerda, em contrapartida, atacou o caráter aristocrático do projeto de Barroso e, em tom satírico, comentou: “em uma república de barões só faltam os dragões”, gracejo que Barroso replicou: “já temos as sereias votantes de V. Ex.” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15). Nessa época, Maurício de Lacerda estava em seu segundo mandato como deputado federal pelo Partido Republicano Fluminense. No dia 12 de junho de 1917, Lacerda apresentou à Câmara um projeto de lei que pretendia estender o alistamento eleitoral para as brasileiras maiores de 21 anos. Em seu discurso, além de acentuar a eficiência comprovada das mulheres em todos os ramos de atividade, o deputado fluminense manifestou-se, igualmente, contrário à interpretação restrita e errônea que excluía as mulheres do termo “cidadãos”, presente na Constituição (SOIHET, 2000, p. 97). A proposta de emenda à Lei Eleitoral de Lacerda foi a primeira a ser defendida no Congresso Brasileiro desde a Constituinte de 1890-1891, todavia foi considerada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça e sumariamente rejeitada (KARAWAJCZYK, 2014, p. 78).

A recusa ostensiva ao projeto de Lacerda não o impediu de defender outras iniciativas que contemplavam as mulheres² e, na pugna com Barroso, Lacerda explicou que o fato de ser feminista exigia que apresentasse um aditivo, que também restaurasse outras tradições, como as amazonas, afinal: “imaginem como bem pareceria um regimento de amazonas garbosamente montadas” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15). Em tom de pilhéria, Lacerda afirmou que, caso o projeto de Barroso fosse aprovado, proporia a criação de um batalhão de amazonas, o que

seria “mais histórico e, sobretudo, mais elegante” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15). Ainda segundo Lacerda, a guerra restauraria, entre outras coisas, o “costume de lançar as mulheres à luta”, protagonismo que poderia ser observado na Rússia, onde “vemos um Regimento comandado pela Sra. Kukutsova, mulher de um dos ministros caídos pela revolução, batendo-se na linha de frente” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15). Informação que justificaria a criação de um regimento para as brasileiras, ideia que, em sua perspectiva, nada teria de censurável: “imagine V. Ex. um regimento de dragões dando a última carga atrás das amazonas” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15). Ao final, em defesa irônica, Lacerda explicou que: “longe de ter um ponto de vista faceto, quanto ao projeto, tenho-o orgânico, quero até complementá-lo” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15).

Em seguida, Lacerda direcionou seus ataques ao Exército, acusando-o de estar preocupado em “mascarar de dragões um regimento”. A eficiência militar estaria comprometida pela “futilaria dos fardamentos”, especialmente porque seus generais pareciam conformados com essa situação, examinando “graciosamente matérias de toilettes militares como qualquer modista ou alfaiate” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15). A adesão dos militares ao “projeto de mau gosto” somente poderia ser compreendida como uma “gentileza da parte dos generais que não quiseram contrariar a iniciativa”, pois parecia inacreditável que o Exército estivesse “contente com a sua sorte” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15). Em um momento de tensão internacional, entre tantas “preocupações que a organização militar impõe”, seria descabido se “divertir em fantasiar Regimento de Dragões e mesmo criar regimento de amazonas” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 15). Argumentos que Barroso procurou rebater evocando o aspecto histórico da iniciativa e sua influência sobre a “moral” dos combatentes durante os desfiles, ao mesmo tempo em que reforçava o uso da farda comum para as manobras e batalhas.

Esclarecimentos que Antunes Maciel interpretou de forma cômica, questionando: “V. Ex. declara que os dragões vão exatamente despir a farda nos dias de combate?” Barroso respondeu afirmativamente e acrescentou: “aconselho a ler a história militar do seu país” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 17). O comentário de Barroso provocou novas pilhérias e alguns deputados zombaram de suas inúmeras referências. Pedro Moacyr afirmou de forma satírica: “V. Ex. tem boa memória”, seguido por Maurício de Lacerda que declarou: “o nobre Deputado é danado na história” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 17). Gracejos que Barroso retribuiu enaltecendo seus conhecimentos: “posso citar até em francês, felizmente sei história

e francês”, comentário que evidencia, mais uma vez, a importância do conhecimento como fator de distinção para Barroso.

O esnobismo com que tratava seus interlocutores demonstrava o anseio por demarcar sua inserção em um estreito grupo que se destacava pelo que faltava à maioria da população – o “domínio” das letras. João Felipe Gonçalves explica que o mundo das letras e do poder político eram os maiores emblemas da elite naquele período, especialmente afeita a oportunidades de “ostentação da verbosidade complicada e do vocabulário difícil, enquanto grandes símbolos de superioridade social” (GONÇALVES, 2000, p. 154). Importa mencionar que Gustavo Barroso contava apenas 28 anos nessa época, algo que pode ter influenciado sua postura presunçosa, como um artifício para se afirmar perante interlocutores mais experientes e notoriamente reconhecidos por atividades relevantes na política.

Após o debate, o Presidente da Câmara submeteu o projeto à primeira votação. Ocasão em que se manifestaram vários deputados contrariamente à suposta consagração que um projeto “de ordem ornamental” estaria angariando, especialmente, quando se observava a existência de outros projetos, consignando medidas percebidas como mais imediatas e sérias. “Inócuo, porque apenas muda a casca ao pão”, o projeto teria curso rápido, o que incomodara Pedro Moacyr, sobretudo pelo eclipse que sofrera a iniciativa de Mário Hermes, que pedia a instituição do serviço militar, por um sistema diferente do então existente, visto que “o voluntariado não deu resultado e o sorteio falhou, de modo que era preciso apelar para um novo método de formação do Exército Nacional” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 17).

Em 1874, uma lei modificou o sistema de recrutamento, até então constituído pelo voluntariado ou pelo recrutamento forçado, instituindo o sorteio para o serviço militar, a ser realizado entre os cidadãos aptos. No entanto, essa lei não foi aplicada, devido à resistência de setores do poder econômico preocupados com a perda, embora temporária, de força de trabalho. Em outubro de 1906, foi apresentado pelo deputado Alcindo Guanabara um novo projeto de lei instituindo o voto por sorteio. O deputado discursou no Congresso afirmando que, por meio desse sistema, todas as classes sociais estariam representadas no Exército. Alguns deputados questionaram a constitucionalidade da lei, prolongando o debate por meses. A crítica envolveu a imprensa e diversos segmentos sociais. Entretanto, apesar dessas oposições, a Lei do Sorteio Militar foi aprovada na Câmara em 04 de janeiro de 1908. No entanto, ela não seria implantada (CASTRO, 2012).

A efetivação do Serviço Militar Obrigatório somente ocorreu após ampla campanha nacional, iniciada pelos “jovens turcos”, oficiais de baixa patente do Exército que haviam estagiado na Alemanha. Não foram, todavia, apenas os militares que defenderam a aplicação da lei. Olavo Bilac, o “Príncipe dos Poetas”, hoje oficialmente cultuado pelo Exército como patrono do Serviço Militar, também se engajou nessa campanha. A Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916, divulgou o Serviço Militar Obrigatório e o civismo através de palestras, revistas e cartilhas para o ensino primário. A Liga era composta por representantes das elites econômica, política e intelectual, como: Coelho Neto, Conde de Affonso Celso, Miguel Calmon, Pedro Lessa, Félix Pacheco, entre outros. Apesar dos esforços civis e militares, a questão do Serviço Militar somente se resolveria nas décadas de 1930 e 1940.

A preocupação com a mobilização do Exército, identificado como “mutilado, enfraquecido e incapaz de corresponder aos seus destinos”, também se fez presente na fala de Maurício de Lacerda, que adjetivou o projeto como “pilhéria desagradável”, especialmente pelo momento “tão grave que o país atravessava” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 17). A incapacidade de “ver” a realidade, segundo Antunes Maciel Júnior, seria consequência dos “sentimentos paternais que sufocam todas as deficiências da criança” e implicaria na constituição de uma “burocracia fardada” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 17). Apesar da resistência de alguns deputados, o projeto passou à segunda discussão e “os dragões que não põem fogo pela goela” encontraram significativa ressonância nos periódicos da Capital. A *Gazeta de Notícias* descreveu, em tom jocoso, que “os Dragões da Independência entraram ontem em fogo pela primeira vez. Acantonado num projeto pomposo, o luzido corpo fora, há dias ameaçado, por um requerimento do Sr. Maciel Júnior” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1917, p. 3). A defesa teria sido difícil e o projeto sofreria seus primeiros reveses, especialmente porque “os inexperientes soldados não souberam carregar de acordo com a tática moderna. Houve cargas de baioneta e fuzilaria. Os atacados responderam a lança” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1917, p. 3).

Dom Quixote veiculou uma charge intitulada “Dragões e Dragonas”, onde as duas figuras do primeiro plano representavam o público pagante que marchava para os fardamentos (DOM QUIXOTE, 1917, p. 7). Na imagem, Barroso estava montado sobre um dragão gigante, vestindo a indumentária dos Dragões da Independência e com um olhar altivo e distante, sugerindo certo alheamento em

relação à população que se aproximava. O animal representado possuía uma aparência feroz e expelia fogo sobre aqueles que transitavam no entorno, cabisbaixos e vestidos de forma desalinhada. A charge criticava a indiferença de Barroso quanto às dificuldades econômicas que comprometiam a sobrevivência da população, que poderia ficar ainda mais endividada devido ao seu projeto, representado por uma figura lendária a sugerir a irrealidade e a inutilidade da iniciativa.



Fonte: Dragões e Dragonas, *Dom Quixote*, 19 de julho de 1917.

FIGURA 1

Charge Dragões e Dragonas

Nesta “verdadeira batalha de estética”, houve quem comentasse a ineficácia da proposta, cuja criação teria sido própria, “à época, ao sistema de governo e às instituições, que o tempo de hoje não comporta” (A NOITE, 1917, p. 4). *A Rua*, por conseguinte, comentou que o projeto “está suscitando na Câmara mais interesse do que era lícito esperar”, de tal forma que “parece até que a Câmara debate-se com falta de assunto e que, como nós outros dos jornais, nos apeguemos a pequeninos casos” (A RUA, 1917, p. 9). Contudo, outros veículos recomendaram o projeto, justificando-o como um gesto de patriotismo e destacando, como seu maior mérito, a “virtude de relembrar permanentemente à memória dos brasileiros o mais glorioso

dos nossos feitos – a Independência e a fundação da nossa nacionalidade” (O PAIZ, 1917, p. 8).

O *Jornal do Comércio*, por seu turno, expressou a importância da significação histórica dos fardamentos, como “grande influência sobre a imaginação de todos”, cujo valor simbólico conferiria maior prestígio aos militares, uma vez que “os povos guiam-se também pelas emoções estéticas”, suscitadas pela beleza dos uniformes e pela tradição de suas cores (JORNAL DO COMÉRCIO, 1917, p. 9). A expectativa era a de que, nos festejos do Centenário em 1922, os Dragões fossem o “símbolo vivo dos heróis que confiados na força da nossa raça fizeram o Brasil unido e independente” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1917, p. 9).

Neste processo de restabelecimento da organização militar, sob um prisma essencialmente nacional, propôs-se, em homenagem aos generais Osório e Andrade Neves, a mudança da denominação de outras unidades de cavalaria do exército, que tenham sido por eles comandadas (DIÁRIO POPULAR, 1917, p. 5). Em defesa do projeto e de forma contrária aos argumentos que “revelam apenas estreiteza de espírito e mesquinha”, retomou-se a questão das despesas, que teriam um valor irrisório, pois “com essa bagatela de dinheiro que se gasta é possível restaurar uma das nossas mais belas e mais decorativas tradições militares” (A RUA, 1917, p. 23). Em entrevista ao *Correio da Serra*, Barroso lamentou que seus adversários “fizessem em torno do projeto um alarido de caçadas”, solicitando que o “combatessem de boa fé e com argumentos” e, acerca da pugna com o deputado Antunes Maciel Júnior, esclareceu, no jornal gaúcho, que não desejava “perpetuar tradições paulistas nem cearenses, pernambucanas nem gaúchas” (CORREIO DA SERRA, 1917, p. 6). A sua intenção seria, unicamente, “guardar tradições nacionais” (CORREIO DA SERRA, 1917, p. 6).

O projeto teria promovido uma discussão acentuada entre a oficialidade do Exército e despertado a simpatia de parcela significativa da “classe militar”. Conforme *A Rua*, “no Quartel General desde o 2º Tenente até o General todos acham excelente a ideia. É forçoso criar uma unidade de ‘elite’ para o Exército, dizem, para que o estímulo exista” (A RUA, 1917, p. 23). Genseric Vasconcellos, em artigo publicado no *Correio Paulistano*, positivou a iniciativa e afirmou: “Os exércitos, como as nações, vivem de símbolos e tradições. Um exército precisa de ideias de glória, de honra e de bravura, como alimento para sua armadura moral e para seu espírito de abnegação e sacrifício” (CORREIO PAULISTANO, 1917, p. 17).

Propôs, ainda, que as bandeiras dos batalhões e regimentos trouxessem pendentes de suas hastes os nomes das batalhas em que combateram ou o nome de um general falecido que tenha alcançado distinção, afinal, “temos um passado de heroísmo a zelar. Mas é preciso que, em cada corpo, a tradição seja materializada, seja visível, daí a necessidade de uniformes históricos” (CORREIO PAULISTANO, 1917, p. 17). Ernesto Claudino retomou a matéria publicada no *Echo de Paris*, em 21 de abril de 1911, onde havia uma citação do general Cheifils expressando pesar pelo desaparecimento dos uniformes históricos, notadamente no exército francês. Acerca dos Dragões da Independência, “não iremos aqui justificá-lo, desnecessário como é repisar a argumentação brilhante do deputado cearense” (REVISTA MILITAR, 1917, p. 12).

Embora a proposta aparentemente tenha sido apreciada por maioria ostensiva das Forças Armadas, pontua-se a crítica expressa por determinados segmentos do Exército que aconselhavam o abandono da ideia devido, principalmente, ao caráter elitista do projeto. O Capitão Augusto de Sá considerou a iniciativa como algo sem alcance e sem valor, “menos pela técnica e ideal patriótico do autor”, do que pela sua essência, pois “o nosso exército, até hoje, jamais conheceu esse culto pelo princípio sistemático que agora lhe sugere o Sr. Gustavo Barroso” (CORREIO DA MANHÃ, 1917, p. 17).

Cada soldado se interessaria pelo seu agrupamento sem outro motivo que o espírito de classe e de ofício, o que seria a “virtude militar mais pura”. Porque espelhados nos exemplos estrangeiros, os Dragões seriam uma figura exótica, sem fundamentação na experiência histórica nacional, colocados “no quadro de uma cavalaria sem organização e sem classificação tática de fundações, tornar-se-ia um mau serviço prestado ao nosso exército” (CORREIO DA MANHÃ, 1917, p. 17). Os benefícios desta boa intenção poderiam resvalar em desvantagens, pois a criação de um “corpo estranho e egoístico” poderia contribuir para “a ruptura de uma parte da camaradagem que, até hoje, sempre existiu modelar em nosso exército” (CORREIO DA MANHÃ, 1917, p. 17).

Somada a esta questão, a escolha de trezentos homens para formar um corpo de elite não influiria no resultado visado para a guerra. “Escolhidos ou preparados para cultivarem um preconceito especial de escól”, poderiam facilmente morrer “em uma carga como trezentos mil cartuchos se queimam em um reconhecimento” (CORREIO DA MANHÃ, 1917, p. 17). A distinção, como categoria basilar dos Dragões, acabaria por desenvolver a “simples vaidade”, efêmera se

comparada às vantagens do “puro orgulho”, afinal, ambas “são virtudes militares, mas a primeira não tem a nobreza do segundo” (CORREIO DA MANHÃ, 1917, p. 17).

O Capitão Augusto de Sá afirmou, por último, que a criação deste corpo apenas faria sentido nos quadros de uma “elite de jovens e distintos filhos da nossa burguesia, que se fardassem à sua custa e que fossem obrigados a provarem a posse de uma justa mesada” (CORREIO DA MANHÃ, 1917, p. 17). Contudo, as circunstâncias atuais não permitiriam tal empreendimento, tornando-o dispensável, pois constituiu-lo “de uma boçal recruta de gente analfabeta e proletária a quem seja preciso pagar tudo e até os uniformes – é cometer dois erros” (CORREIO DA MANHÃ, 1917, p. 17). O primeiro seria gastar dinheiro inutilmente, “porque analfabetos não podem constituir elite” e, o segundo, seria a perda de tempo, “porque regimentos de elite só podem ser feitos por homens de elite” (CORREIO DA MANHÃ, 1917, p. 17). Seria improvável, conforme o Capitão, que algum oficial desejasse fardar-se com seus próprios recursos, de tal forma que Augusto de Sá aconselhou, por fim, que se abandonasse a ideia.

O parecer da Comissão de Finanças foi favorável ao projeto e solicitou que a Câmara não aprovasse a emenda proposta por Maciel Júnior e permitisse que o projeto seguisse sem alteração seu curso regimental. Enfatizou, ainda, que este seria importante preparo para as comemorações do Centenário da Independência, em 1922, de forma que, “a estes festejos cumprirá imprimirmos um cunho à altura do magno acontecimento e no programa, que já tarda, podemos bem inscrever desde logo a criação do Regimento dos Dragões da Independência” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 22).

Esta seria a ocasião de fazer “brotar e florir no coração dos moços um novo civismo, que honre a esta grande Pátria e dignifique a este povo, unindo-nos num só ideal debaixo da bandeira sagrada” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 22). O tom laudatório do parecer pode ser explicado pelo fato de ter sido redigido por Félix Pacheco, deputado e jornalista, diretor do *Jornal do Comércio*, com quem Barroso mantinha relação amistosa há anos, o que provavelmente pesou na elaboração do texto. O fato é que o projeto passou à 3ª discussão, com grande expectativa de aprovação e, a esse respeito, a *Revista Fon-Fon* lançou uma edição especial, com figuras dos dragões estampadas na capa, desenhadas por Washt Rodrigues, que se dedicara ao estudo dos uniformes utilizados desde o período colonial (FON-FON, 1917, p. 2).



Fonte: Os Dragões da Independência. *Fon-Fon*, 4 de agosto de 1917.

FIGURA 2

Imagem da capa da Revista *Fon-Fon* apresentando a reportagem principal intitulada “Os Dragões da Independência”

67

Em tom de comemoração, a *Fon-Fon* informou que o projeto e a emenda se encontravam na ordem do dia da Câmara e, após breve histórico sobre os Dragões, explicou que a matéria servia “para mostrar que a ideia de nosso companheiro de redação ainda está em foco e conquistando cada dia maiores apoios” (FON-FON, 1917, p. 2). Apesar do otimismo das campanhas na imprensa e na Câmara, o projeto sofreu um revés, pois a Comissão da Marinha e Guerra, presente na proposição da Câmara dos Deputados determinando a criação do Regimento dos Dragões, deu um parecer contrário, informando que “o simples exame dessa proposição evidencia que ela tem por fim criar uma situação privilegiada para o citado regimento, investindo-o de prerrogativas dispensáveis” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 23). Ressaltou, outrossim, que este em nada influiria para melhorar as condições de defesa nacional, porque “além de invadirem as atribuições de competência profissional, não têm o valor comprovativo de providências exigidas para o reerguimento de nosso poder militar” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 23).

A iniciativa seria inadequada ao momento “em que a guerra europeia, despertando a atenção mundial, faz convergir o patriotismo brasileiro, para o preparo de nossas forças militares” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 23). Todas as disposições do projeto estariam voltadas para os “tempos de paz”, o que, por si só, desqualificaria o projeto. Contudo, a comissão destacou que este estabelecia privilégios, situação que poderia dar lugar a ressentimentos e afrouxamento da disciplina militar. Pesaria, ainda, o fato de as despesas para a aquisição da indumentária recaírem sobre os oficiais, “sem nenhuma outra vantagem além do aspecto agradável durante as apresentações” e, fundamentalmente, porque o nome não traduzia “o fato de maior realce na folha dos serviços prestados”, que seria “a jornada gloriosa de 15 de novembro de 1889” (DIÁRIO OFICIAL, 1917, p. 23).

O parecer da Comissão de Marinha e Guerra descortinou uma importante batalha no terreno do simbólico, que se fazia presente desde a Proclamação da República, uma vez que a mudança de regime político teve, dentre muitos desafios, o de conciliar com a tradição monárquica. Armelle Enders (2014, p. 276) explica que as políticas simbólicas visavam legalizar um regime que carecia de legitimidade e, nesse ponto, residiria a importância das releituras sobre o passado monárquico. Nos vários grupos que integravam a geração de 1870, os projetos de futuro não se faziam sem a invenção de um passado para legitimá-los e, ao longo desse processo, a propaganda republicana teria se empenhado em identificar a Monarquia ao atraso e associar a República ao progresso.³ Monarquistas e republicanos constituíam, dessa forma, os dois grupos em conflito nos primeiros anos da República, “construindo cada qual a sua versão dos fatos e dos desafios a serem vencidos” (OLIVEIRA, 1989, p. 176).

Segundo Lúcia Lippi Oliveira, um dos problemas enfrentados pela República seria o próprio protagonismo dos militares na Proclamação, uma vez que “os militares não tinham até então atuação reconhecida na história nacional” (OLIVEIRA, 1989, p. 175). A estruturação da República incluiu, dessa forma, uma multiplicidade de conflitos em torno da Monarquia e de seus heróis, imagens e comemorações - todos permeados por uma constante tensão entre o que guardar e o que esquecer. Tal esforço se justificava pois, segundo Luciana Fagundes, “um dos passos mais importantes na organização da República consistia em preencher o vazio institucional e simbólico deixado pela queda da Monarquia e pelo exílio do imperador” (FAGUNDES, 2017, p. 49). A agenda política da Primeira República foi

permeada, portanto, por tensões e seleções do passado monárquico brasileiro (GUIMARÃES, 2009).

Os preparativos para as comemorações do Centenário da Independência exigiam o diálogo com esse passado que muitos desejavam esquecer. Afinal, não se tratava de qualquer comemoração, mas sim “dos 100 anos da Independência do Brasil, que ocorreria em setembro de 1922, um evento no qual o primeiro imperador brasileiro teve um papel estratégico, sendo o responsável pelo fato simbólico que a memória já consagrara como o Grito de Independência às margens do Ipiranga” (FAGUNDES, 2017, p. 159). A morte de D. Pedro II e Thereza Cristina suscitaram ainda o debate acerca do traslado dos despojos imperiais e da revogação do banimento da família imperial, adquirindo certa expressividade na Câmara dos Deputados e na Imprensa.⁴ Dessa feita, a memória em torno de Pedro II fora investida de novos significados e associada ao Centenário da Independência. Tal processo faria parte de um complexo exercício realizado pela República para inscrever D. Pedro II e a Monarquia em uma narrativa memorial e histórica, permeada de singularidades. Não obstante, “comemorar patrioticamente o centenário e dar provas do progresso brasileiro implicava a necessidade de realizar a ligação entre passado, presente e futuro, no momento ritual das festas dos 100 anos da Independência” (FAGUNDES, 2017, p. 160).

Nesta miríade de batalhas simbólicas, a “ressurreição” dos Dragões da Independência, enquanto Guarda de Corpo de D. Pedro I, exigiria um investimento que a Comissão de Marinha e Guerra não estava disposta a “pagar” naquele momento. A Comissão declarou, ao final, que a proposição não deveria ser adotada pelo Senado e Soares dos Santos, Oficial Superior do Exército, relator do projeto no Senado, manifestou-se contrariamente à proposta, assim como o plenário. Contudo, após um longo interregno, o projeto voltou à baila em 1926, por iniciativa do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, que anunciou a formação do I Regimento de Cavalaria, na parada de Sete de Setembro, como Dragões da Independência.

O Coronel Euclides Figueiredo, em entrevista ao jornal *Gazeta de Notícias*, explicou que a proposta de Gustavo Barroso despertou grande entusiasmo entre os oficiais que pertenciam ao regimento e, frequentemente, voltava à discussão. Havia, segundo o Coronel Figueiredo, certa esperança de vê-la adotada, e “pode-se dizer mesmo que esta aspiração tem sido amparada por todos os comandantes do regimento desde aqueles tempos” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1926, p. 13). Lamentou

que a adoção da indumentária não tenha ocorrido nas comemorações do Centenário da Independência, conforme se ambicionava, em virtude do grande número de reservistas incorporados.

O momento atual seria mais oportuno, pelo aspecto econômico, tendo em vista que “o atual uniforme, pelo seu tempo de uso, tinha que ser renovado”, de forma que “o que se aproveitou agora foi a oportunidade” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1926, p. 13). A despesa com a substituição seria expressiva, conforme orçamento realizado pelo Ministro da Guerra, de tal maneira que a inserção do uniforme tradicional dos Dragões da Independência teria um acréscimo pouco significativo. Além disso, “esta diferença mesmo desapareceu, quase, desde quando o Arsenal de Guerra se dispôs a fazer os capacetes” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1926, p. 13). O jornal *A Reacção* informou que a confecção, tanto dos fardamentos, quanto das peças metálicas complementares, estaria em andamento no Arsenal da Guerra, onde estaria sendo realizado serviço no turno da noite para a entrega do material dentro do prazo, com total sigilo de suas atividades (A REACÇÃO, 1926, p. 8).

Malgrado o suposto entusiasmo nos quartéis, a medida fora recebida como uma transformação irregular que forçava despesas não autorizadas por lei e, o periódico *O Jornal* denunciou que “não existe lei nenhuma nem crédito regularmente aberto para a manutenção, agora, de um corpo aparatoso de Dragões da Independência” (O JORNAL, 1926, p. 27). Destinado a desempenhar “missões de natureza exibicionista”, os Dragões seriam fruto “de um arbítrio de natureza exclusivamente pessoal, daquilo que, pelos canais competentes não foi conseguido” (O JORNAL, 1926, p. 27). Acusou, inclusive, a Intendência da Guerra por confeccionar os fardamentos dos oficiais, o que seria uma dupla irregularidade, “uma vez que a lei determina taxativamente que os oficiais se fardem a sua própria custa” e, ainda, porque não constava terem sido “abertas concorrências públicas para o fornecimento” (O JORNAL, 1926, p. 27).

Os custos da iniciativa seriam ainda mais vultosos devido à autorização do Ministro da Guerra para adquirir cavalaria nova, tendo em vista que “as compras de montadas deveriam ser feitas dentro do país, em épocas previamente marcadas e por intermédio de uma comissão especial” (O JORNAL, 1926, p. 27). Os animais seriam provenientes da Alemanha e da Argentina, o que tornava a compra ainda mais dispendiosa, por “um capricho pessoal e difícil de justificar em época tão calamitosa de desassossego e aperturas financeiras” (O JORNAL, 1926, p. 27). Descrita como “irregularidade condenável” e aviltada na época de sua criação, “não

passara por ser dispendiosíssima”, de forma que, para ser empreendida, nos termos do jornal, “só desviando verbas de outros serviços estimadas para fins diferentes” (O JORNAL, 1926, p. 27). Ao projeto “inventado por alta e exclusiva recreação”, esperase que “deslumbre e empolgue o povo oprimido em sua liberdade com os dourados refulgentes e os penachos suntuosos de seus soldados” (O JORNAL, 1926, p. 27).

A parada seria interessante, segundo *A Gazeta*, muito mais pela novidade dos uniformes, do que pela significação e utilidade dos Dragões, vestidos em “complicado e vistoso figurino (A GAZETA, 1926, p. 17). A iniciativa seria digna de estima por retomar “uma bela e heroica tradição”, contudo, “obrigar um oficial a fazer despesas superiores a dois meses de vencimento, é que não nos parece muito belo”. Em nota humorística, o jornal *A Manhã* informou que Setembrino, o “ministro dos figurinos”, resolvera “o maior problema da organização militar” ao fazer desfilar os Dragões, idealizados pelo “pacífico diletante da arte bélica” (A MANHÃ, 1926, p. 17). E, devido ao “caprichoso gosto indumentário do ministro”, cujo maior anseio seria o próprio destaque ao longo do cortejo, “o bolso dos oficiais sofrerão esta nova sangria” (A MANHÃ, 1926, p. 17).

Informações que a *Revista Fon-Fon* procurou refutar, lamentando que, para se oporem a uma resolução do governo, os demais periódicos tivessem “lançado mão de todos os recursos” e, acerca da matéria publicada por *O Jornal*, “matutino com tradições de seriedade” destacou a parcimônia das fontes (FON-FON, 1926, p. 12). Conforme o *Correio da Manhã*, a “ressurreição do nosso uniforme dos dragões” seria um ato altamente significativo, não apenas para o Exército, como para o povo, que veria na “garbosa farda dos nossos soldados o reatamento de uma tradição que não podia morrer, como infelizmente tantas outras” (CORREIO DA MANHÃ, 1926, p. 15). Como símbolo do Exército, os Dragões vaticinavam um futuro glorioso, em oposição às más línguas do presente, que “não poderão mais dizer que somos um povo sem história” (CORREIO DA MANHÃ, 1926, p. 15).

Ritualizações da História

E, com o título “Independência ou morte!”, o jornal *A Reacção* divulgou uma matéria sobre os preparativos oficiais para a festividade de Sete de Setembro. Um “espetáculo de rara imponência” estaria sendo preparado pelas autoridades militares, tanto pelo número de homens, quanto pelo aspecto geral do fardamento (A REACÇÃO, 1926, p. 3). A tropa seria composta por forças das três armas da

guarnição da Capital, da Polícia Militar, da Marinha e contingentes das polícias dos estados mais próximos, constituindo uma brigada. Conforme o costume, seria concentrada na Quinta da Boa Vista, onde teria lugar a revista presidencial e, tanto a revista, quanto o desfile que se seguiria no Campo de São Cristóvão deveriam ocorrer antes de meio-dia, de forma a evitar que os soldados ficassem sem alimentação conforme teria ocorrido nos anos anteriores: “Desse conjunto sairá, como uma novidade e uma homenagem ao passado, a apresentação dos Dragões da Independência”, de forma a dar ao desfile “o brilho especial que se lhe quer dar” (A REACÇÃO, 1926, p. 3).

A eficácia deste programa comemorativo, contudo, precisa ser relativizada. A dimensão popular deste evento, reiteradamente anunciada pela imprensa, parece sugerir uma adesão generalizada à proposta, insinuando um caráter unificador e gerador de comunhão de sentidos. Ângela Cardoso, em sua investigação sobre as cerimônias de entronização monárquicas brasileiras, chama a atenção para a carga fortemente retórica do sentido da noção “popular” que, como estratégia discursiva, insinua um apoio incondicional. Principalmente, “porque não é lícito partir-se da constatação deste tipo de apoio público, manifestado na praça, para uma leitura do fenômeno como essencialmente ‘popular’” (CARDOSO, 2003, p. 584).

Dessa forma, as descrições da adesão às festividades do Sete de Setembro e, por conseguinte, ao desfile dos Dragões da Independência, devem ser colocadas em suspenso. Da mesma maneira, outras leituras que decorrem dessa noção também devem ser problematizadas, como aquelas que sublinham as dimensões afetiva, moral e comunicativa do evento. Importa destacar que a presença da população durante os desfiles não pode ser compreendida como indício de um consenso moral ou mesmo como fruto da existência de um sistema de valores único capaz de promover a integração social. Pontua-se, inclusive, a possível interpretação dos Dragões como figuras exóticas, cujo sentido perdera-se na experiência histórica da maioria dos brasileiros, de forma que a suposta adesão popular poderia ser resultado mais da curiosidade que da aceitação de coordenadas e objetivos comuns.

O desfile de Sete de Setembro foi noticiado pela *Fon-Fon* como uma das comemorações mais expressivas com que as Forças Armadas festejam anualmente a data de emancipação política da nação. No ano de 1926, a tradicional revista das tropas, “embora com menor número de soldados, pois nela formou apenas uma brigada mista, teve o mesmo brilho e a mesma imponência de sempre” (FON-FON, 1926, p. 4). A *Fon-Fon* apresentou ainda várias fotografias do evento e do

idealizador dos Dragões com a oficialidade, expondo a fabricação de uma determinada versão do acontecimento.⁵ Benedict Anderson, em sua investigação sobre a origem e difusão dos nacionalismos, enfatizou a importância da imprensa na produção das “comunidades imaginadas”, desvelando que tão ou mais importante que a própria encenação do ritual é o seu relato na imprensa - acessível a um público infinitamente maior. Por esta via, o estudo dos relatos jornalísticos permite inferir a tipologia de um público que se ambicionava produzir.⁶

O Sete de Setembro faria parte, conforme João Felipe Gonçalves, de um conjunto de celebrações que fomentavam o respeito às autoridades e às elites, constituindo a afirmação das distâncias que separavam os distintos estratos sociais. A nação, para as elites, não podia residir num carnaval, e sim em cerimônias de respeito e de reforço da estrutura: “contra as brincadeiras que transgrediam as hierarquias, cortejos, discursos, homenagens e funerais que as enfatizavam. Contra os carnavais, enterros solenes e paradas militares. Contra a festa do povo que seduzia as elites, as festas das elites que deslumbravam o povo” (GONÇALVES, 2000, p. 166). Essas festas constituíam, essencialmente, uma demonstração pública e teatral do poder. O Sete de Setembro, devido à associação simbólica e ritual entre as elites e os poderes militares, salientava o reforço das hierarquias que tal festividade almejava.

De acordo com o programa de festividades, não apenas as hierarquias sociais seriam ressaltadas, como também as hierarquias espaciais. O Sete de Setembro submetia o interior do país à Capital, convertida em centro de um complexo ritual que se estendia por todo o território nacional (PARADA, 2006). A ordem seria reafirmada ao atribuir a determinados grupos um papel proeminente na celebração e, como metáfora de seu protagonismo na história nacional, os militares desfilavam, indicando o caminho a seguir.

O desfile dos Dragões da Independência, especificamente, representava a Nação em um de seus momentos históricos. Outro ponto relevante é que esse cortejo pretendia assinalar a continuidade entre as gerações, a continuidade com o passado ou com parte deste passado, estando distante da ideia de um novo marco, inicial, na tradição brasileira. O primeiro desfile ocorreu um ano após a consagração da data natalícia de D. Pedro II como feriado nacional, quando o passado monárquico passava por releituras.⁷ Longe de representar uma ameaça à República, no final dos anos 1920, a Monarquia seria compreendida pela lente da saudade (ENDERS, 2014). Interpretação que possibilitava a celebração republicana

do monarca deposto, compreendido como o símbolo de um Brasil passado que, embora não devesse voltar, merecia ser comemorado por ter contribuído para a formação da Pátria.

Os Dragões da Independência, contemplados como manifestações simbólicas, reafirmariam a continuidade histórica da nação. Por meio das formulações propostas por Fernando Catroga, seria possível compreender o comemoracionismo expresso no desfile dos Dragões da Independência como um meio de combate contra uma suposta amnésia coletiva, em que, como herança a resgatar, o passado era decantado para funcionar como futuro do presente (2007, p. 228). Por essa via de análise, compreendemos que, com tais ritos cívicos, procurava-se invocar o passado e suscitar a emergência do invisível, em analogia funcional com as religiões, epifania que, manifesta em um espetáculo cheio de simbologia e de emotividade, criaria um espaço adequado ao reforço da religação dos indivíduos a uma totalidade que os motivasse (CATROGA, 2007, p. 228). Essas ritualizações da história surgiriam a ritmar a concepção evolutiva do tempo e a representar autênticas lições de história, recorrendo à mediação da memória, convocando-a a desempenhar a mesma função pedagógica atribuída a toda a literatura histórica (CATROGA, 2007, p. 228), uma vez que:

As representações racionais só seriam mobilizadoras se fossem acompanhadas por uma vivência cultural que, tal como no rito religioso, conferisse significado simbólico e coletivo ao sentido do tempo e simultaneamente congregasse as consciências atomizadas à volta de memória(s) consensualizadoras(s). Daí a importância de ritualizar a invocação (e a evocação) do passado e de o selecionar de acordo com os interesses do presente (CATROGA, 1998, p. 550).

Representações que, por mobilizarem o sentimento e a solidariedade, criavam um clima de sublimação e de engrandecimento, cuja finalidade seria, em última análise, vencer o egoísmo e cimentar o altruísmo entre os indivíduos. Visavam, tal como a historiografia, *representificar* o passado, silenciando o fato de a sua evocação assentar em uma seleção, através da qual o presente “paga aos seus defuntos ilustres a sua dívida de reconhecimento, para lhes extorquir uma mais-valia simbólica” (CATROGA, 1998, p. 548). O importante a reforçar é que os Dragões da Independência, embora assentados na experiência dos agentes históricos, foram (re)construídos a partir de desejos, aspirações e motivações do presente. Segundo Bronislaw Baczko, os imaginários sociais seriam mecanismos efetivos e eficazes de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da

autoridade e do poder. Uma das funções dos imaginários sociais consistiria, precisamente, na organização e no controle do tempo coletivo no plano simbólico. Nessa perspectiva, tais imaginários seriam capazes de intervir “ativamente na memória coletiva, para a qual os acontecimentos contariam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram” (BACZKO, 1985, p. 311).

Como parte de uma tentativa de controle do imaginário social, os Dragões corresponderiam a orientações afetivas, constituídas como apelo à ação e capazes de suscitar a adesão a um sistema de valores. Dessa forma, eles poderiam intervir nos processos de interiorização pelos indivíduos, “modelando comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum” (BACZKO, 1985, p. 311). Elyinaldo Dantas (2017, p. 228) explica que, ao reabilitar os Dragões da Independência, Barroso buscava reorientar o próprio tempo por meio de um uniforme que não vestiria apenas os militares, mas que “deveria vestir a Nação”.

Considerações finais

Os Dragões voltaram a estampar as manchetes dos jornais nos Anos Trinta, quando o autor do projeto ingressou no movimento integralista, onde ocupou o posto de chefe de milícias e se tornou uma das principais lideranças do partido. Nessa ocasião, muitos que se opunham ao integralismo manifestaram seus desagravos na imprensa e atacaram as iniciativas de Barroso, entre eles, Rodrigo de Almeida, em artigo divulgado em *O Estado*. Os Dragões foram descritos como resultado de um “espírito de esnobismo e amor à novidade extravagante e espetacular, com que se procurou celebrar o Sr. Gustavo Barroso” (ALMEIDA, 1937, p. 8). Sua formação estética, assim como a amplitude de sua obra, foram identificadas como futilidades e literatices, de tal forma que os Dragões seriam apenas marcas de sua “exterioridade, nisso como em tudo o mais” (ALMEIDA, 1937, p. 8). Marcas que o seguiriam em outros espaços, como no Museu Histórico Nacional, onde foram festejados os setenta anos do autor, ocasião em que o “Pátio de Minerva resplandecia guardado por Dragões da Independência” (*Diário da Noite*, 1958, p. 17).

Após o falecimento de Barroso, os Dragões da Independência prestaram homenagens ao escritor em duas ocasiões, tanto em seu sepultamento, em 1959,

no Rio de Janeiro, quando no traslado dos restos mortais para Fortaleza, sua cidade natal, em 1965. Importa destacar que tal gesto que não foi dispensado a nenhum civil anteriormente e, inclusive, foi negado a dois ex-presidentes da República: João Goulart e Juscelino Kubitschek (MARCELINO, 2015, p. 269). No caso de Barroso, chama a atenção o fato de ter recebido “honras de chefe de Estado”, inclusive a presença do presidente da República e autoridades, sem ter ocupado esse posto ao longo de sua trajetória pública. Segundo Gonçalves (2000, p. 247), durante a Primeira República, várias personalidades tiveram os funerais pagos pelo Estado, mas poucos, como Rui Barbosa e Rio Branco, tiveram honras de chefe de Estado sem o ser. Além disso, seu funeral contou com “honras militares”, o que tornou o ritual ainda mais suntuoso, do ponto de vista simbólico, embora Barroso nunca tenha pertencido às Forças Armadas. Embora, na atualidade, o simbolismo dos Dragões da Independência seja incerto para parcela da sociedade brasileira, esperamos ter demonstrado, por meio deste artigo, a trajetória histórica de sua criação, assim como as diversas negociações necessárias para que seu projeto se efetivasse. Além disso, esperamos ter evidenciado os usos políticos e os imaginários mobilizados pelos Dragões da Independência, especialmente, aqueles ambicionados por seu autor.

NOTAS

1. O pensamento de Comte, com suas variações, penetrou na realidade gaúcha, sobretudo pela ação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Tal Partido, hegemônico no Rio Grande do Sul ao longo da Primeira República, tinha como base doutrinária uma versão própria do positivismo, o castilhismo (por alusão ao presidente do Estado Júlio de Castilhos), que foi institucionalizado através da Constituição Estadual de 1891. Gunter Axt explica que, com a institucionalização do aparelho de estado por meio da Carta de 14 de julho de 1891 e a vitória pelas armas em 1895, o vocabulário comtista, caro aos republicanos desde o surgimento do Partido Republicano Riograndense (PRR) em 1882, extravasou o grupo original e se tornou referência para toda a classe política gaúcha (AXT, 2002, p. 35).
2. Maurício Lacerda encaminhou à Câmara projetos relativos à regulamentação de vários aspectos da condição operária, entre eles, estavam três que tratavam de propostas específicas para a normatização do trabalho feminino. Entretanto, a legislação proposta pelo deputado não encontrava muitos adeptos na Câmara. A bancada gaúcha era a que mais fortemente se opunha à criação de uma legislação trabalhista (KARAWEJCZYK, 2015).
3. Lúcia Lippi Oliveira afirma que os monarquistas formavam um grupo de grande consistência ideológica, composto por políticos influentes, jornalistas, intelectuais, ativistas, que se dividiam entre restauradores e adesistas ou neorrepublicanos. Segundo a autora, o fato de os monarquistas terem participado intensamente da luta política não significa que tenham obtido êxito. Entretanto, Oliveira acentua a superioridade dos

monarquistas do ponto de vista de sua versão e de seus quadros, pois “inúmeros intelectuais são seus porta-vozes, o que parece ter conferido mais estabilidade e consistência à sua interpretação” (OLIVEIRA, 1989, p. 177).

4. Segundo Luciana Fagundes (2017), o embarque da família imperial teria conferido poder ao Governo Provisório. Após o exílio da família imperial, teria ocorrido grande discussão acerca da pensão e da revogação do banimento no Congresso. A necessidade de se fazer justiça teria sido um tema recorrente nessas discussões. Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2009, p. 70) explica que a campanha em prol do traslado dos despojos imperiais se iniciou em 1906, quando 15 senadores da República assinaram um anteprojeto, com o objetivo de permitir a transferência e o sepultamento dos corpos dos ex-imperadores em território nacional. A tramitação do anteprojeto, todavia, seria interrompida por um parecer negativo da Comissão de Finanças que teria alegado seus elevados custos. O tema teria voltado à baila em 1912, sob a forma de dois projetos apresentados na Câmara dos Deputados por Maurício de Lacerda - ambos rejeitados em primeira discussão. O banimento da família imperial somente foi revogado durando o governo de Epitácio Pessoa.
5. Marialva Barbosa explica que o uso das fotografias - fundamentais para a proliferação das revistas ilustradas - foi responsável por uma espécie de redefinição do olhar que passou a existir no começo do século XX. A imagem teria passado a conter em si mesma a ideia de verdade e, segundo a autora, fotografar significava documentar episódios e fatos contemporâneos, fornecendo indícios da presença e inaugurando a noção de tempo real (BARBOSA, 2007, p. 31-37).
6. A operatividade desta iniciativa, entretanto, carece de certa ponderação. Os periódicos permitem o acesso ao programa de festividades e informam acerca dos sentidos que seus organizadores desejaram promover, mas não alcançam o que efetivamente ocorreu. Ao tentar definir o universo de adesões e recepção não seria possível atingir, completamente, as múltiplas interpretações que cada indivíduo construiu no transcurso do evento.
7. Luciana Fagundes (2017) explica que em 1925, além do traslado dos restos mortais de D. Pedro II e Thereza Cristina para Petrópolis, realizou-se a comemoração do centenário natalício do Imperador, que envolveu uma enorme produção memorial e historiográfica sobre esse personagem e seu reinado.

REFERÊNCIAS

Periódicos

A PARADA Militar. *Fon-Fon*, 11 set. 1926.

DIÁRIO OFICIAL, Câmara dos Deputados, Projeto n. 71 – 1917, 20 jun. 1917.

DIÁRIO OFICIAL, Câmara dos Deputados, 25 jun. 1917.

DIÁRIO OFICIAL, Câmara dos Deputados, 26 jun. 1917.

DIÁRIO OFICIAL, Câmara dos Deputados, 1º set. 1917.

DOM QUIXOTE, 19 jul. 1917.

DRAGÕES da Independência. *Fon-Fon*, 11 set. 1926.

DRAGÕES da Independência: primeiro combate. *Gazeta de Notícias*, 27 jun. 1917.

DRAGÕES da Independência: uma transformação Irregular que força despesas não autorizadas por lei. *O Jornal*, 2 set. 1926.

FESTA no Museu pelos 70 anos de Gustavo Barroso. *Diário da Noite*, 30 dez. 1958.

INDEPENDÊNCIA ou morte! *A Reação*, 14 ago. 1926.

JORNAL do Commercio, 21 jun. 1917.

O QUE eram os nossos Dragões da Independência. *A Noite*, 8 jul. 1917.

OS DRAGÕES. *Correio da Manhã*, 8 set. 1926.

OS DRAGÕES da Independência. *Fon – Fon*, 4 ago. 1917.

OS DRAGÕES da Independência. *O Paiz*, 27 jun. 1917.

OS DRAGÕES da Independência: como eles serão. *A Rua*, 24 jun. 1917.

OS DRAGÕES da Independência: como o Projeto foi acolhido no seio do Exército. *A Rua*, 28 jun. 1917.

OS DRAGÕES da Independência: interessante debate na Câmara. *A Rua*, 26 jun. 1917.

OS DRAGÕES da Independência e o Projeto do deputado Gustavo Barroso. *Correio da Serra*, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 10 ago. 1917.

OS DRAGÕES da Independência e S. Paulo. *Correio Paulistano*, 4 jul. 1917. *Revista Militar*, jun. 1917.

PALESTRAS militares – a propósito dos Dragões da Independência. *Correio da Manhã*, 15 jul. 1917.

REGIMENTO dos Dragões. *Diário Popular*, São Paulo, 27 jun. 1917.

REGIMENTO dos Dragões da Independência: uma visita do quartel e uma palestra com o seu Comandante. *Gazeta de Notícias*, 5 set. 1926.

SERÁ brilhante a comemoração militar de 7 de Setembro. *A Reação*, 13 ago. 1926.

SETEMBRINO, o ministro dos figurinos. *A Manhã*, 14 ago. 1926.

TRADIÇÕES heroicas. *A Gazeta*, 17 ago. 1926.

Fontes documentais

ALMEIDA, Rodrigo de. A Semana. *O Estado*, 25 jul. 1937.

BARROSO, Gustavo. *Uniformes do Exército Brasileiro, 1730-1922*. Aquarelas e documentação de J. Wash Rodrigues. Texto organizado por Gustavo Barroso. Publicação Oficial do Ministro da Guerra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Paris: F. Ferroud, 1922.

BARROSO, Gustavo. Os Dragões da Independência. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1916.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AXT, Gunter. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e Sociedade para o Rio Grande do Sul Castilhistas-Borgistas. *MÉTIS: História & Cultura*, v. 1, n. 1, p. 39-69, 2002, p. 39-69.

AXT, Gunter. Os guardiões da lei: aspectos da influência política e cultural dos positivistas religiosos sobre os governos republicanos no Rio Grande do Sul. *MÉTIS: História & Cultura*, v. 2, n. 2, p. 33-52, 2002b.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi: Anthropos Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2007.

BOEIRA, Nelson. O positivismo do Rio Grande do Sul: questões pendentes e temas para pesquisa. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza; FÊLIX, Loiva Otero (org.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

CARDOSO, Ângela Miranda. Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

CASTRO, Celso. *Exército e nação: Estudos sobre a História do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CATROGA, Fernando. *Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil - uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2007.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

DANTAS, Elynaldo. Gustavo Barroso e a Fabricação da História: costuras entre política e literatura no discurso barrosiano 1917-1920. *Clio*, Recife, n. 36, p. 219-233, 2018.

DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (org.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu Reinado sob olhares republicanos*. Curitiba: Prismas, 2017.

FRANCO, Sérgio da Costa. Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo-borgismo. *MÉTIS: História & Cultura*, v. 2, n. 4, p. 263-271, 2003.

GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, 2000.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel et al. (org.). *Mitos projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2009.

KARAWAJCZYK, Mônica. O voto e as saias: as repercussões do projeto de Lacerda sobre o alistamento feminino. *Revista Autos & Baixos*, v. 3, p. 68-84, 2015.

MARCELINO, Douglas Attila. *O corpo da nova República: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia. Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989.

PARADA, Maurício. *Educando Corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2009.

PEREIRA, José Esteves. Positivismo e República em Portugal e no Brasil. In: MORAIS, Ana Paiva et al. (org.). *Pensar a República, 1910-2010*. Coimbra: Almedina, 2014.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, 2000.

VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do Arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Erika Morais Cerqueira é Professora de História do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG). Doutora em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Graduada em História pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais.

Como citar:

CERQUEIRA, Erika Morais. O maior fausto da nossa história: os Dragões da Independência. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 2, p. 53-80, jul./dez. 2022. Disponível em: pem.assis.unesp.br.